

TRABALHADORES E BANDIDOS

categorias de nomeação, significados políticos

Gabriel de Santis Feltran

Ah, minha família... é complicado. Minha família, meus irmãos, tenho dois, três irmãos presos. No total, lá em casa somos em oito. Cinco irmãos já foram presos, mas agora tem três que estão presos, e dois estão soltos. (...) Um [Lázaro] chegou até a dar aula de vôlei [no bairro], mas acabou não dando certo. Ele também não se ajudava, acabou indo roubar e sendo preso. Um. O outro [Raul] foi o que vem antes de mim, ele era o mais certo de casa, o mais trabalhador. Casou novo, tem um filho novo, (...) trabalhava, estava tudo certo. Mas acho que não agüentou ver ele trabalhando, trabalhando, trabalhando, e nunca ter nada, e um monte de gente que não trabalha ter tudo. (...) Não resistiu, e foi roubar também. Aí foi preso. Aí teve uma fuga, ele fugiu. Quando ele fugiu, ele fugiu arrependido, já. Aí foi trabalhar numa firma ali [no bairro], chegou lá, o patrão era muito chato. Era daquelas pessoas que não sabem respeitar os empregados. Não tinha calma para chegar, assim e falar: 'não, tá errado, não faz desse jeito, faz daquele jeito'. Já chegava gritando. (...) Ele ficou acho que três meses e saiu. Aí voltou a roubar de novo. Aí foi preso, está respondendo a dois processos. (...) Falou que vai mudar quando sair. O outro [Anísio] também já está para sair também, já está montando um negócio. E o outro [Fernando] é o 'de menor', o mais novo, (...) ele está na FEBEM¹. [Faltou a Marcela, também detida naquele momento](...) E estamos esperando. Acho que até o final do ano estão todos juntos, de novo. Faz tempo que não estão. [Neto, em 2005].

A despeito da expectativa, o ano terminou sem reunir os irmãos. Foi assim também em 2006 e 2007. Segue sendo assim, em 2008. Este artigo apresenta a trajetória dessa família, moradora de uma favela do distrito de Sapopemba, na zona Leste de São Paulo², e discute as implicações políticas da categorização, bastante difundida no senso comum brasileiro, que opõe “trabalhadores” e “bandidos”. A partir do estudo deste percurso familiar, atento aos tipos de relação entre seus integrantes, o mundo social e o espaço público, e argumento pela “expansão do marco discursivo do crime” nas periferias urbanas. A partir disso, discuto a disputa que este marco discursivo passa a travar pela legitimidade, tanto no plano local quanto em esferas sociais mais amplas e, sobretudo, no mundo público³.

O texto que segue está dividido em quatro partes. Na primeira, apresento um breve contexto das transformações na organização da vida social nas periferias de São Paulo, nas últimas décadas, com

¹ Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo (antiga Fundação Para o Bem Estar do Menor), instituição pública responsável pelas unidades de internação para adolescentes autores de atos infracionais.

² A favela do Jardim Elba, no distrito de Sapopemba, um dos 96 distritos do município de São Paulo. Trata-se de região da periferia consolidada de São Paulo, com uma população estimada, para 2008, de 308 mil habitantes (estimativa com base no último censo, de 2000). A área do distrito é completamente urbanizada, com taxa de crescimento anual pequena (o centro da cidade vem se esvaziando lentamente, e a periferia mais longínqua continua a crescer a taxas elevadíssimas por ano). Em 2000, havia 37 favelas em Sapopemba, e metade dos domicílios do distrito eram chefiados por pessoas com renda inferior a três salários mínimos (equivalente a US\$ 600 mensais); neste momento, o desemprego ultrapassava 20% da população economicamente ativa. A vulnerabilidade da população jovem é, a despeito da situação socioeconômica intermediária do distrito, no contexto paulistano, das mais elevadas da capital paulistana. A taxa de homicídios entre jovens chegou a mais de 300/100mil, em 2000, e declinou pela presença mais forte do crime organizado no arbítrio da resolução dos conflitos locais.

³ O estudo desta trajetória familiar se insere em pesquisa mais ampla, de perfil etnográfico, realizada entre 2005 e 2007 em Sapopemba, São Paulo, para minha tese de doutorado - Feltran (2008).

foco nas transformações no mundo do trabalho e na emergência do “mundo do crime”⁴. Na segunda parte, apresento minha aproximação da família de Ivete (mãe de Neto) e de seus oito filhos, de modo a contextualizar como foi empreendida a pesquisa de campo. Na terceira parte, descrevo em linhas gerais o percurso familiar estudado, dos anos 90 até hoje, a partir de seus eventos mais marcantes e inflexões importantes. Verifico como o “mundo do crime” invade as dinâmicas domésticas, e como ele passa a disputar espaço, no interior da família, com outros marcos discursivos socialmente mais legítimos, até se estabilizar como dimensão constitutiva da organização familiar. Na quarta parte, argumento que a divisão entre “trabalhadores e “bandidos”, até por também operar social e publicamente, é plástica e variável a depender do contexto em que se formula. Esta plasticidade, no entanto, especialmente nas esferas mais amplas da sociedade, e no mundo público, é acompanhada da construção de uma alteridade radical entre as categorias. Desta alteridade, surge um tipo específico de ação oficial de repressão ao conjunto – variável – daqueles identificados como “bandidos”, que por ser quase sempre ilegal, embora legitimada, limita o “direito a ter direitos” nas periferias urbanas, e retro-alimenta a “expansão do mundo do crime” nas ordens social e política.

1. Deslocamentos recentes nas periferias urbanas, outros parâmetros de análise

Entre 1998 e 2004, meu trabalho de pesquisa esteve centrado na escuta de uma geração de militantes que tentava representar, politicamente, a população migrante que ocupou as periferias de São Paulo para trabalhar, sobretudo na indústria, a partir dos anos 60. Tratava-se, então, de conhecer a vida privada e pública de ativistas de movimentos populares urbanos, que em contexto específico, articulados a um campo discursivo heterogêneo, obtiveram um estatuto de locução pública relevante no cenário nacional⁵. Nessa época, me acostumei a ouvir as histórias de moradores das periferias, sempre com idade entre 45 e 65 anos, que invariavelmente me narravam uma vida “de luta”: a chegada a São Paulo, as carências materiais, o trabalho, a organização da população para reivindicar melhorias, os sindicatos, os padres, os partidos, a “comunidade”, as conquistas coletivas de bens e direitos sociais.

Mas as histórias não terminavam aí. Em seguida, também era muito comum que estes militantes me narrassem suas frustrações recentes, as disputas internas aos bairros que construíram, aos movimentos de que participaram e ao Partido dos Trabalhadores (que hegemonizou este campo em São Paulo).

⁴ A expressão “mundo do crime” significa, aqui, uma representação do conjunto de relações sociais e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos. Mais especificamente ainda, o “mundo do crime” aqui é uma representação construída sobretudo pelos adolescentes e jovens de Sapopemba que o integraram ou integram, e que desde esta perspectiva me narraram suas vivências nele. Assim, o “mundo do crime” é também um ambiente de sociabilidade, e o argumento é que ele tem se expandido para além dos praticantes de atos ilícitos. Não trato aqui, portanto, de qualquer ambiente criminal, nem de suas dimensões como “negócio” para além dos bairros estudados ou de suas ramificações para além dos circuitos dos adolescentes e jovens de Sapopemba. Por ser uma noção tomada em sua acepção “nativa”, mantenho sua utilização sempre entre aspas.

⁵ Feltran (2005).

Também não era raro que se referissem ao cansaço e às frustrações com a militância, às mudanças radicais na vida das periferias nos últimos anos, basicamente centradas nas dificuldades recentes para arrumar trabalho e, quase sempre, na presença da violência e do tráfico organizado de drogas, cada vez mais próximos das famílias.

Eu atentava mais para a primeira parte das narrativas. “Periferias” eram então, para mim, territórios onde viviam lideranças comunitárias, dos movimentos sociais e associações de bairro, que organizavam donas de casa, operários e “trabalhadores” (autônomos, aposentados, desempregados) para reivindicações de melhorias sociais. Periferias eram, portanto, espaços de relações sociais estruturadas pelo valor e pela categoria trabalho, apesar do desemprego crescente⁶; pela presença de ações coletivas populares, embora sua representatividade fosse mais e mais questionada⁷; pela dominância da moral popular católica, apesar do crescimento dos evangélicos neopentecostais; pela manutenção da perspectiva de ascensão social da família, apesar da frustração do sonho operário, e da individualização marcante dos projetos de ascensão, na sucessão geracional. Todas estas esferas da vida social (o trabalho, a família, a religião, a perspectiva de mobilidade social) mantinham sua coesão interna, e eram todas elas portas de legitimação da ação política popular, até porque se confrontavam à presença da violência e do “crime”, mais presentes entre os jovens. Em suma, até 2004 eu lia as dinâmicas sociais das periferias a partir de uma série de *crises*: a crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de mobilidade social, dos movimentos sociais e da família operária, todas elas vinculadas, em negativo, ao crescimento da criminalidade violenta.

Mas conforme os anos passavam, a segunda parte das narrativas começou a fazer mais sentido. Até porque elas faziam emergir, em negativo, a disputa ativa por espaços de legitimação que se travava, nestas periferias, entre a narrativa do trabalho e uma sociabilidade renovada, marcada pela violência do “mundo do crime” local. Sobretudo entre os mais jovens, esta disputa pela legitimidade se mostrava evidente. Fui me dando conta que, na passagem da geração, uma nova camada de tecido social se assentava sobre os processos sociais fundadores das periferias da cidade. Foi então que comecei, nas minhas investigações, a *colocar em perspectiva* tanto os discursos dos primeiros militantes e “trabalhadores” dali, quanto os discursos de sua geração jovem (tanto dos filhos deles, quanto dos adolescentes e jovens moradores das favelas, que cresceram nestas periferias).

Esta mudança de perspectiva, por si só, alterou significativamente minhas formas de compreender as periferias de São Paulo. Pois, para a geração que nasceu e cresceu nesses territórios nos anos 90, todas

⁶ Dados da PED (Pesquisa Emprego e Desemprego – Convênio SEADE-DIEESE) na Região Metropolitana de São Paulo indicam Taxa de Desemprego Total de 9,6% em 1986; com pico de mais de 20% em vários meses entre 2002 e 2005 (últimos dados anuais disponíveis), e declínio a partir de 2006, chegando a 13,5% em dezembro de 2007. A pesquisa indica ainda uma diminuição significativa nos rendimentos reais dos trabalhadores empregados no período democrático, apesar da pequena recuperação visualizada nos últimos anos.

⁷ Feltran (2008a).

aquelas crises (do trabalho, da família, da religião, do projeto de mobilidade) já são elementos constitutivos do estar no mundo⁸. Os modos de vida dos mais jovens já são, majoritariamente, conformados pela permanência destas “crises”, e por sua inescapabilidade. Para eles, o projeto de ascensão do grupo familiar, especialmente centrada no modelo operário do trabalho estável, não é sequer pensável. Esta geração não é mais, tampouco, migrante ou católica como a anterior. Os mais jovens já nasceram e cresceram “na periferia” e ali as regras são bem menos estáveis do que entre os operários que as fundaram. Mesmo os significados do trabalho já não são os mesmos: não há projeto de longo prazo, e a curto prazo hoje já é possível consumir sem ter renda fixa (no padrão da expansão do crédito popular e dos financiamentos de baixíssimo custo *à la Casas Bahia*).

A presentificação do projeto de consumo casa-se, também, com a teologia neopentecostal, muito mais conectada às transformações do capitalismo recente do que a católica, e por isso também em expansão significativa⁹. Além disso, o “mundo do crime” que se organiza nestas periferias, mais centralmente nos últimos vinte anos, se torna um ambiente de geração de renda e trabalho dos mais capilares – ali, nem a escolarização, nem a experiência de trabalho anterior ou os atestados de antecedentes criminais são necessários para se obter um posto. Entre os jovens com possibilidades mais remotas de encontrar um bom trabalho lícito, a alternativa de obter renda através de atividades criminais apresenta-se mais claramente. Uma pequena minoria entre eles adere efetivamente ao “mundo do crime”. O ingresso no universo ilícito do tráfico de drogas, ou das sub-contratações para assaltos, propicia mesmo aos adolescentes, e de imediato, o que o trabalho traria idealmente: renda, acesso a bens de consumo e ampliação do *status* individual no grupo.

Em poucos anos, assim, os analistas das periferias urbanas, mesmo sem modificar seus locais de estudo, “migraram” de um ambiente em que se encontrava um padrão relativamente estável de organização (familiar, social e político, centrado no projeto operário e em seus desdobramentos diretos) para a análise de uma experiência social em que este padrão, em crise, cede espaço e passa a coexistir com alternativas de vida muito mais individualizadas e heterogêneas, entre as quais a “opção pelo crime” passa a figurar. É a presença desta “opção” (categoria de uso corrente nas periferias) nas histórias de vida, a disputar legitimidade no plano da sociabilidade, que sugere a formulação do que chamo, neste artigo, de “expansão do mundo do crime”¹⁰.

⁸ A metáfora mobilizada por Hannah Arendt, para descrever como a passagem geracional impacta o universo de questões em jogo, é a seguinte: *aquilo que são ‘questões’ para nós, está ‘embutido na carne e no sangue dos jovens’*. Arendt (2001a, p.22 citando Spender, 1969, p.179).

⁹ Para excelente caracterização da expansão das igrejas neopentecostais, em especial nas periferias de São Paulo, ver Almeida (2004).

¹⁰ Vale aqui uma advertência: esta idéia de “expansão” é utilizada em seu sentido preciso, que não se confunde com “predominância”, “dominância”, “hegemonia” ou termos correlatos. Esta expansão, nítida, não me parece ser totalizante, nem encontrar campo ilimitado de desenvolvimento, e nem mesmo é dominante se contraposta ao conjunto das dinâmicas sociais das periferias urbanas. Mesmo em crise entre as gerações mais novas, os valores do “mundo do trabalho” ou do

Dadas estas transformações (nada triviais) das dinâmicas sociais das periferias urbanas, os parâmetros de análise também são forçados a se deslocar. Não é à toa que, nos últimos anos, há tantas tentativas renovadas de interpretação das periferias de São Paulo. Da releitura da Escola de Chicago à antropologia simétrica de Bruno Latour, da psicologia social à filosofia política, passando pela ciência política dos *surveys* e por análises geo-referenciadas, há toda uma gama renovada de referências para interpretar estes espaços, que recolocam os parâmetros do debate¹¹. Este texto tenta contribuir para esses esforços, através da descrição de situações recentes de investigação empírica, em que as análises que desenvolvo adiante se apóiam.

2. Aproximação: uma família de favela, em Sapopemba

Em casa somos nós e minha mãe. (...) São seis homens e duas mulheres. Dos seis homens, eu sou o terceiro, os dois maiores tem filho, as duas meninas tem filho, e dois menores do que eu têm filho. Tem dois que não têm, e eu sou um dos dois. É que sou muito novo, acabei de estudar agora [o ensino médio], e pretendo entrar na faculdade. [Neto]

Neto sempre retomava o contraste entre as opções tomadas por ele, e aquelas seguidas pelos irmãos. Ele era professor de capoeira numa entidade do bairro, e personificava o “tipo ideal” das histórias de “resgate” dos meninos de favela por projetos culturais. Praticava a capoeira havia oito anos, e o grupo de relações feitas ali oferecera ao rapaz uma “oportunidade”¹². Aproveitou a “chance” que teve e conseguiu, ao contrário de seus irmãos, continuar os estudos e obter renda com um trabalho lícito, começando uma trajetória “de trabalhador”. Em 2007, ele conseguiu ainda um emprego melhor, numa loja de departamento no shopping Tatuapé, como balconista. Chegou a comprar uma aliança de noivado, mas resolveu adiar o casamento em seguida. Era melhor esperar ter mais estabilidade. Neto queria dar um passo de cada vez, para ter um destino diferente dos irmãos. Essa era sua questão.

Interessou-me estudar este contraste entre os irmãos, mais a fundo; perguntei ao Neto se poderia conhecer sua família. ‘Claro’. Poucos dias depois, liguei para seu telefone celular, para agendar uma entrevista com a sua mãe, Ivete. Neto me levou até sua casa. Entramos por um portão pequeno, de ferro, sempre aberto, de frente para o asfalto. Limite de uma das favelas do Jardim Elba, bairro de Sapopemba. O acesso fácil me deixou tranquilo, eu poderia voltar sozinho depois. Entre o portão e a porta de entrada da casa há um espaço cimentado. Ali, um dos irmãos de Neto cortava o cabelo de um amigo, com uma máquina elétrica. Era Alex, e aquele espaço era seu ganha-pão: sob telhas de

“mundo religioso”, em transformação, seguem sendo os “marcos discursivos” predominantes na estruturação das sociabilidades.

¹¹ Entre a produção mais recente sobre as periferias de São Paulo, essa multiplicidade dos parâmetros e pontos de chegada das abordagens, todas consistentes internamente, é nítida. Ver por exemplo Caldeira (2000); Marques e Torres (2005); Telles & Cabanes (2006) ou Villaça (2001).

¹² As aspas justificam-se pelo uso do termo que, no senso comum, é substituto corriqueiro da noção, muito mais política, de “direitos”. Há uma literatura extensa, desde os anos 70, sobre a “cultura da dádiva” na sociabilidade política brasileira, e sobre as dificuldades de conformação de um universo público igualitário tendo como substrato sua construção histórica.

amianto, havia ali também duas máquinas de videogame, e à tarde as crianças pequenas da favela podiam se divertir, fichas de cinco e dez centavos. À noite, eram os adolescentes que apareciam.

Ivete me esperava no quarto, penteando os cabelos. Sala com cozinha, um quarto no fundo e um no andar de cima. Mais um quarto no alto, com entrada autônoma, onde vive a filha mais velha, Ivonete, e seu filho Vitor, então com 12 anos. O anúncio da entrevista gerara expectativa; havia vários moradores na casa, e todos queriam contar suas histórias. Sentei-me no sofá, a fisionomia de Ivete era muito séria, meio ausente. Os braços e pernas tremiam involuntariamente, seu aspecto confirmava as informações de que ela estava muito deprimida.

Foram quase duas horas de conversa com ela, nesse primeiro dia. Quando julgou ter terminado seu depoimento, Ivete passou a chamar cada um dos filhos presentes para gravar testemunhos rápidos. Em seguida, também as crianças e, por último, as cunhadas. Postada ao lado de cada um deles, interrompia a conversa de tempos em tempos, para pontuar o que considerava importante ser dito. Casos de desrespeito e de violência policial mereciam mais destaque. Períodos de forte privação material, superada, ganhavam acento por serem sinais de que a trajetória tinha valido à pena. Ivete contou histórias da sua vinda de Salvador para São Paulo, disse que o tráfico tinha ajudado muito sua família, deu exemplos. Pediu para Marcela descrever com detalhe o que era a vida na cadeia, as formas de conseguir sobreviver ali. Interrompeu Alex para contar sobre o seqüestro que Lázaro (outro de seus filhos) tinha cometido, no próprio bairro. A tarde caiu.

Ao final de quase quatro horas de conversa, na casa, Ivete já estava muito mais solta, tinha parado de tremer, mostrava-se uma mulher decidida, de fala bem postada e firme. A transformação de sua aparência, mediada pela narrativa, me chamou a atenção (e me comoveu). O dia terminou, e o impacto pessoal tinha sido enorme, embora me restasse a sensação de entender muito pouco. Os depoimentos tinham uma lógica que, naquele momento, para mim, misturavam a família, a “comunidade”, o “crime” e a cadeia em uma mesma chave. A narrativa de Ivete, então, não tinha nada a ver com as narrativas das famílias “trabalhadoras” das periferias, sempre centradas numa trajetória linear que gravita em torno do trabalho (ou das tentativas de consegui-lo), e da oposição radical entre o trabalho e o crime. Eu estava acostumado a esta narrativa bipolar, em que violência e crime apareciam como entes indesejados no seio da família, e no entanto, na forma de Ivete estruturar seu depoimento, a criminalidade aparecia como dimensão constitutiva das atividades e das rotinas da família.

Naquela família, portanto, a demarcação da moral familiar e do que seria desviante, com relação a ela, não era clara. Não se distinguia ali, com nitidez, a linha que separava a família, e seus valores, daqueles vividos no mundo social ou no mundo do crime. Era como se a família tivesse sido tomada por estes mundos, que passavam a ditar seu ordenamento. Entretanto, não se tratava, tampouco, de uma família que compartilhasse os valores do “mundo do crime”, que o integrasse sem conflito. O depoimento de Ivete é claro a esse respeito, e a trajetória demonstra isso nitidamente: foi justamente

pela adesão dos filhos à vida criminal que Ivete caiu em depressão, e nos últimos anos, foi esse seu maior problema. Os relatos de sofrimento pela “opção” dos filhos em viver a “vida do crime” foram sempre constantes.

De qualquer forma, havia ali uma modificação no padrão de demarcação da família como comunidade moral, que me pareceu incompreensível, a princípio. Mas em outras duas famílias, também moradoras de favelas de Sapopemba, que estudei com detalhe nos anos seguintes, tive a mesma percepção. A trajetória de Ivete e seus filhos aparece aqui, então, como geradora de argumentos que, ao que me parece, podem ter envergadura mais ampla (embora ainda necessitem de muito mais pesquisa para serem confirmados).

Depois dessa primeira visita, percebi que não saberia dizer nem mesmo quantas pessoas moravam na casa de Ivete. A “população flutuante” era grande: como Neto já tinha me prevenido, cinco dos oito irmãos estão no circuito de idas e vindas entre a casa e a prisão¹³. Como nunca coincide um período em que os cinco estão privados de liberdade, nem libertos ao mesmo tempo, a população da casa varia com frequência. Como estão habituados a isso, os relatos continuam computando os filhos presos como moradores, mesmo os dois casados (a volta da cadeia é sempre tempo de retomar ou terminar casamentos). A conta fica mais complicada porque, dos cinco que vão e vêm, quatro têm filhos. E nos períodos em que os pais estão presos, as crianças circulam mais frequentemente entre as casas dos tios, avós e vizinhos. E aí, são por vezes contados como integrantes da casa¹⁴.

Ao transcrever as primeiras entrevistas, fui montando um quadro geral com as dinâmicas da família. Deu trabalho cruzar a imensidade de nomes citados com os fatos marcantes de cada trajetória e as inflexões de cada percurso. Transcrever ajuda a compreender. Fiz outra visita, e tanta informação nova apareceu, que meu quadro teve de ser refeito. A cada visita o quadro de referência, para compreender este grupo, foi crescendo e juntaram-se a ele novas questões. No meio de 2007, passei este quadro a limpo, e esta história de família abria para tantos temas que, o que seria um quadro para simplificar as coisas, tornou-se também ele uma imagem muito complexa.

As visitas seguiram, e nelas eu sempre conhecia mais histórias de crimes praticados pelos filhos de Ivete. Entretanto, a gentileza invariável da recepção e a facilidade dos sorrisos, a beleza dos rostos e o sotaque pausado de Salvador não casavam com o estereótipo do “bandido”. Quando caminhava sozinho até a casa, por vezes a idéia de que visitaria “bandidos” me contaminava, e eu sentia medo. Mas era só chegar lá, e me sentia mal por ter tido medo, era um absurdo. As ações criminais do grupo de irmãos “envolvidos” (outra expressão para indicar participação em atividades criminais) sempre

¹³ Os filhos de Ivete (50 anos), e as idades, em 2008, são: Ivonete (32); Marcela (31); Anísio (29); Raul (28); Neto (25); Alex e Lázaro (gêmeos, 24) e Fernando (19).

¹⁴ Evidentemente, rompe-se aqui também com o padrão operário de organização familiar, que representa uma transição entre a família rural e a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Nem um, nem outro.

foram encaradas como “trabalho” e, portanto, eram restritas aos momentos em que saíam para “trabalhar”. Da mesma forma, os códigos internos às atividades criminais estiveram sempre contidos às reuniões de planejamento e execução das ações. O espaço da casa, e seus cotidianos, sempre foi neutro à resolução de problemas de modo violento e, ali, os que eram “*bandidos*” socialmente, eram, antes de mais nada, os *filhos* de Ivete.

Permaneci em contato com mãe e filhos por três anos, em visitas espaçadas às vezes por mais de um mês. A cada visita um quase ritual se processava: quem estava na porta me recebia, me dizia para me sentar, mas me prevenia que não havia café. Em seguida, começava a me contar o que vinha acontecendo na família. Eu perguntava de um por um, e sempre havia muita novidade. As histórias da família martelaram tanto na minha cabeça, que a cada nova incursão a Sapopemba decidia fazer uma nova visita à casa. Deixei ali um volume imenso de entrevistas transcritas, em 2006. E deixei de gravar os depoimentos, aos poucos, conforme me habituava com o ritmo da casa. Fiquei mais conhecido da família, e embora ninguém parecesse muito interessado em saber o que é que eu faço, em detalhe, era só me verem que começavam a contar o que tinha acontecido com cada um. Tinha a sensação de que sabiam o que eu queria ouvir. Até por isso, apesar de conhecer bem o quadro geral, nunca me livrei da sensação de uma certa distância ou desconfiança, maior do que em outros casos, no início de cada conversa.

Da última vez em que estive na casa, no final de 2007, tinha acabado de nascer o sétimo neto de Ivete, filho do Fernando, o caçula. Contaram-me histórias de bebê, da relação com a família da moça, que Fernando estava pensando em sair do crime. Em seguida, soube que Lázaro tinha saído da cadeia, mas já tinha sido preso de novo. Marcela, que estava detida na visita anterior, já tinha saído e tinha os cabelos mais longos, estava mais bonita, o ar mais saudável. Parecia ter melhorado do vício no crack. Entretanto, Ivete me conta que agora era a prostituição que a rondava. Raul tinha dito para Ivete que, saindo da prisão, ia melhorar; Anísio já disse que essa era a vida dele mesmo, que ela não sofresse por ele. Alex abandonou o negócio do videogame e voltou para o emprego antigo: cromação de peças de bicicleta. Ivonete e Neto, sempre os dois mais estáveis, seguiam trabalhando respectivamente na fábrica de componentes eletrônicos e na loja de departamentos no. As crianças que permaneciam na casa eram agora quatro, duas filhas da Marcela, uma do Alex e uma agregada¹⁵. As outras ficavam, sobretudo, com as esposas dos filhos casados. Nas visitas conheci e conversei com doze dos moradores; faltou falar só dois filhos casados de Ivete, Raul e Anísio, que estiveram pouco tempo fora da cadeia, nesse período.

¹⁵ Até a última visita eu achava que Janaína, uma menina de 7 anos, era filha da Marcela. Mas Ivonete me corrigiu: *Janaína é filha de uma prima minha da Bahia, que está aqui [desde bebê]. É só a Janaína. Mas a Janaína tem que ir embora já, porque ela está querendo ficar danadinha, sabe? Então, antes que minha mãe tenha mais dor de cabeça... [Ivonete]*. Sobre a circulação das crianças no universo popular, ver o trabalho de Fonseca (2002, 2006).

3. Percurso familiar

De Salvador para São Paulo, em oito anos.

A minha vida lá em Salvador era muito sofrida. É... tão sofrida quanto aqui [pausa longa]. Era muito sofrida. Eu passava necessidade com os meus filhos, tinha um marido que me batia, me maltratava muito, que é o pai dos meus filhos. Então por isso que eu fugi Dele, e vim pra aqui. Fugida. [Ivete]

Ivete chegou em São Paulo em 1987. Deixou para trás marido e sete filhos. A mais velha tinha 10 anos, os mais novos eram os gêmeos, Alex e Lázaro, que tinham dois anos de idade. Uma conhecida de Ivete já morava em São Paulo; quando a violência e as ameaças se acirraram, Ivete fugiu para a casa dela. Morou de favor alguns dias, não se lembra em que lugar ficava a casa. Recordar-se, entretanto, que saiu de lá “maltratada”. Que foi parar na rua, e que encontrou outros lugares para viver de favor com o tempo. Cinco anos se passaram, sem ver os filhos. Uma irmã de Ivete, que permanecera em Salvador, tinha telefone. Era a única comunicação possível no período, mas esporádica, porque cara. A vida melhorou um pouco quando Ivete conheceu um rapaz, e foi viver com ele. Este homem deu a ela uma casa na favela do Elba e o seu oitavo filho, Fernando, “o único que eu quis”. Ao todo, Ivete me conta que teve 14 gestações: fez 4 abortos e teve 10 partos normais. Oito filhos sobreviveram à primeira infância, e seguem vivos: *todo dia agradeço a Deus de ter todos os filhos vivos.*

O novo marido trabalhava, e a vida na favela, sem pagar aluguel, possibilitou que Ivete conquistasse uma certa estabilidade. Daí, uma rede de relações, e a partir dessa rede ela conseguiu alguns “bicos”, como diarista. Em 1992, conseguiu juntar dinheiro para uma primeira tentativa de trazer os filhos da Bahia para São Paulo. Viajou para Salvador, mas lá soube que já havia perdido a guarda legal das crianças, e não poderia recuperá-la rapidamente. Retornou para São Paulo sem os meninos, e permaneceu mais três anos sem vê-los. Em 1994 conseguiu, finalmente, um trabalho estável, na linha de montagem de uma fábrica de peças de metal. Pensou em retornar para uma nova tentativa de trazer as crianças, e na mesma época recebeu um telefonema da Bahia. Era Marcela, sua segunda filha, que teria câncer de mama e pedia socorro.

Resolveu ir vê-la. Fez acordo no emprego para ser demitida, precisava do dinheiro da rescisão para a viagem. Chegando lá, viu que os filhos estavam em situação muito pior do que há alguns anos. Ivonete, na época com 18 anos, sofria abuso sexual regular, praticado pelo próprio pai. Marcela, com 16, havia na verdade inventado a história do “câncer de mama”, em tentativa desesperada de trazer a mãe de volta. E tendo tido sucesso no propósito, mutilou um dos seios quando Ivete chegou, para provar sua doença. Todos os meninos eram vítimas de violência doméstica frequente: o pai já estava desempregado há tempos, chegava em casa bêbado todos os dias. Ao menos, nessa situação era possível que Ivete, na justiça, recuperasse a guarda das crianças. Foi o que ela fez, com a ajuda de

conhecidos e vizinhos. Três meses de trâmites burocráticos em Salvador, e Ivete pôde retornar para Sapopemba para retomar sua vida, agora acompanhada de mais sete filhos. Era a primeira vez que os oito se reuniam.

Mas o segundo marido, em São Paulo, achou demais. A chegada dos filhos foi o fim do segundo casamento de Ivete que, no entanto, pôde permanecer na casa em que morava, em que mora ainda hoje. Em 1995, agora sem marido e sem emprego, e com oito filhos para criar, o mínimo de estabilidade alcançada se perdera. A fase seria de novo complicada.

Estrangeiros em São Paulo

Vimos de ônibus, nós vimos, vixe Maria, comendo taioba. Só tinha farofa pra comer, só farofa pra comer no ônibus. Eu lembro que eu vomitei dentro do ônibus, vomitei farofa, só tinha farofa. Chegando aqui, acho que foi no dia mesmo que nós chegamos aqui, veio um senhor alto e também pediu. Dividimos a farofa com ele. [Lázaro]

Minha mãe conta que foi a maior barra, quando nós chegamos. Que ela foi buscar nós, ela se separou do marido, porque o marido não queria que ela fosse buscar [os filhos]. Mas ela falou que ia buscar. [Alex]

Ah, foi muito difícil. Porque eu estava sem emprego, mãe sozinha, tinha eles... não tinha asfalto nessa rua, os únicos negros nessa rua eram meus filhos. Uma amiga ainda chegou para mim, que morava aí na frente, olhou pra mim dando risada e falou pra mim que eu ia criar meus filhos para serem trombadinhas. ‘Como é que você vai criar seus filhos tudo sozinha?’ Eu falei para ela que eu tinha fé em Deus que eles não iam dar pra isso, não é? [Ivete]

Era, muito diferente, muito frio, a gente chegou a passar fome. Quando a gente chegou aqui a gente comia cabeça de peixe, pé de galinha, sopa de fubá. Foi muito triste o começo da vida da gente. Mas até hoje a gente tá aqui, vivo. [Marcela]

Estava um frio que nem hoje, aí perguntei para minha mãe: ‘cai neve aqui?’, e minha mãe ‘não!’ [riso] (...) Eu lembro que até para beber água na torneira era tudo frio, gelado. A coisa que mais estranhei aqui foi a feira, que todo dia a feira era em um lugar diferente. Os legumes também, tudo grandão, tudo maior. Tomate bem vermelhinho, grandão. Estranhei bastante. E o jeito de falar daqui também é diferente, bem diferente. [Ivonete]

Para Ivete, foi preciso recomeçar. Recomeço marcado por mudanças: agora não havia mais a culpa do abandono das crianças, cultivada durante oito anos; agora os filhos por perto reatavam os vínculos com seu passado em Salvador, no entanto sem a ameaça da violência do primeiro marido. Para seus filhos era também um recomeço, o reencontro com a mãe. Crianças e adolescentes, os meninos adentravam os espaços mais amplos de sociabilidade quando chegaram em São Paulo. As meninas se livravam da ameaça de violência sexual, os meninos da violência doméstica. No entanto, tudo ali era novo, e não havia muitas referências de apoio: a família ampliada restara em Salvador. As histórias do período misturam privação material e estranhamento.

A família vivia da feira. Nos finais de semana os meninos iam para lá, em grupo, guardar carros. Da feira traziam cabeças de peixe, folhas de cenoura e beterraba, entre outros restos. Com o dinheiro que obtinham, Irene comprava farinha, fazia pirão e sopa, que todos comiam durante a semana. Às terças e quartas-feiras uma granja no bairro descartava carcaças de frangos mortos, e as famílias mais pobres se juntavam ali para recebê-las, logo cedo. Irene não dispensava a oferta, a renda regular da casa era somente a pensão do segundo marido (pouco mais de meio salário mínimo). E então era preciso que todos trabalhassem: ela e Ivonete, a filha mais velha, conseguiram alguns meses depois trabalhos de limpeza, como diaristas. As crianças ficavam com os irmãos mais velhos, ou em situação de rua, em busca de alguns trocados. Os primeiros anos foram assim¹⁶.

A busca de proteção: polícia e tráfico

Os meninos, no final de semana, iam para a feira tomar conta de carro. Aí tinha uns meninos aqui embaixo que batiam neles, tomavam o dinheiro deles. (...) Um dia o tráfico bateu em minha porta, porque eu chamei a polícia para esses meninos. O traficante veio em minha porta. Aí viu que eu era sozinha, era tudo escuro aqui... viu que eu era sozinha, só me ameaçaram, né? Que eu ia embora se eu chamasse a polícia de novo. (...) Só que eu sou uma mulher determinada, no outro dia eu fui trabalhar e voltando do trabalho eu fui procurar o tráfico. Eu fui procurar ele. (...) Cheguei lá e expliquei pra ele a situação que eu vivia, a situação que eu me encontrava, e a situação que os meus filhos passavam na feira. Que quando eu ia trabalhar, e quando eu voltava, os meus filhos estavam presos dentro de casa, porque os meninos da rua espancavam eles, jogavam pedra aqui dentro de casa, que era aberto aqui na frente. E eles eram todos pequenos, a mais velha era a Ivonete e ela era muito tímida, né? Então eles me deram razão. Mas só que pediram pra eu não chamar mais a polícia, que quando eu precisasse, procurasse eles, que eles iriam resolver.

E realmente eu precisei, dias depois eles voltaram. (...) Aí a minha menina ligou, que os meninos estavam mexendo aqui na casa, jogando pedra. Aí eu mandei que ela fosse, procurasse o rapaz. Aí ela foi lá, procurou o rapaz, esse rapaz desceu aqui, mandou descer, nem veio, mandou descer... e avisou, né? Que se eles continuassem a incomodar a família, a minha família, que eles desceriam, e não desceriam pra conversar. (...) E aí, a partir desse dia, eu passei a ter, assim, um... um... como é que eu posso te explicar? Uma comunicação [com o tráfico local]. [Ivete]

Garantia de segurança, numa situação como a de Ivete, fazia toda a diferença. E, nesse caso, a polícia não era a força mais adequada para garantir segurança. Nas favelas de São Paulo, nos últimos dez anos fui me deparando, a cada vez com maior frequência, com um padrão de depoimentos que situa o “mundo do crime” local como parte da “comunidade”, e não seu oposto. Se há dez anos, quando se referiam à “comunidade”, os moradores falavam sobretudo das paróquias, agora se trata de uma referência aos territórios de favela, marcados também pela presença organizada do crime. A

¹⁶ Dificuldade... aí com o tempo foi melhorando. Um começou a trabalhar, outro começou a fazer bico, nós íamos cuidar de carro na feira, e assim foi indo. (...) Acho que com uns 11 anos de idade a gente já ia cuidar de carro. (...) Aí o dinheiro que nós pegávamos, a gente ia, dava pra ela [para a mãe] comprar comida, ou então levava comida pra casa. Mas sempre foi assim. [Neto].

explicação é simples: *‘quem protege a comunidade? A polícia protege? Não. Então ela tem que se proteger’*¹⁷. Os grupos armados do crime local, pouco a pouco, assumem o papel da força de coerção que normatiza as regras de convivência nas favelas (permitidos e interditos), e que implementa a justiça no varejo. Este uso da força, desde aproximadamente 2003, com a entrada do Primeiro Comando da Capital (principal facção criminosa de São Paulo) no comando do tráfico em Sapopemba, é marcado por uma violência sumária, porém normatizada estritamente, e considerada “legítima”, no plano local. Legítima, porque amparada em uma regra coletivamente aceita, ainda que por falta de outra opção¹⁸.

Ivete consegue essa “comunicação” com os traficantes do local, e os problemas com os vizinhos diminuem. Começa a participar de outras redes de sociabilidade na favela, e por essas redes consegue uma vaga como Agente Comunitária de Saúde, numa das duas equipes do Programa de Saúde da Família (Qualis) vinculados ao posto de saúde do Jardim Elba. A vaga foi obtida em seleção, na qual pesou seu engajamento voluntário em atividades comunitárias e de apoio na implantação da Unidade Básica de Saúde. O salário mínimo, que passou a receber, não garantiu uma mudança do panorama econômico da família; mas a rede de contatos no bairro aumentou significativamente. Quando eu me perdia pelas margens da favela, era só perguntar onde vivia a Ivete, que não tinha erro.

Mas quando a vida da família parecia começar a se acertar, os filhos se tornaram adolescentes. A mais velha conseguiu um emprego numa casa de família, engravidou do dono da casa e foi viver com ele. Depois de alguns anos, trabalhou como vendedora de porta em porta, em outra casa de família, e numa metalúrgica. Só depois da separação é que voltou a viver com Ivete. Marcela, por outro lado, nunca trabalhou, nem estudou¹⁹; aos 15 anos de idade já tinha se aproximado do tráfico de drogas local, e se tornou dependente do crack aos 17. E havia mais cinco meninos mais novos que ela, entre 10 e 15

¹⁷ A frase é de Mano Brown, líder do principal grupo de rap paulistano, no programa Roda Viva, da TV Cultura, exibido em outubro de 2007. No mesmo programa, e para consolidar esta percepção, o cantor recusou-se a usar o termo “traficante”, optando pela expressão, mais neutra, “comerciante”.

¹⁸ Um jovem de Sapopemba me contou, em pesquisa, que seu primo fora assassinado depois de um “debate”. Perguntado o que é o debate, respondeu: *debate, discutir, o porquê, discussão; ver quem está certo e quem está errado, não é? (...)*. E depois explicou: *“se fez errado no passado, no presente você vai pagar, de qualquer jeito. Se você mata uma pessoa hoje, com certeza algum dia você vai morrer, de uma forma feia você morre. O meu primo, o meu primo matou, já... morreu de uma forma feia, na mão de ladrão. Não tem como, matou um filho do traficante, morreu... na mão de um amigo do dono, não é? Isso é confiar demais no colega... meu primo foi muito burro, confiar em colega, acabou morrendo por causa de colega. (...) Só que foi no debate, não sei direito [o que foi], o filho do cara tava bastante errado, não sei, ia matar, não sei o que. Meu primo acabou matando o filho [do traficante], aí foi no debate, (...), com os ladrão, testa a testa, aí ele falou assim: “tô certo – e era bem respeitado – e já era”. Aí os caras: “não, sou de tal lugar, sou de tal ladeira”, começou a esquentar a discussão. Vamos junto, aí tinha dinheiro para um táxi, vamos embora, testa a testa. Você vai até lá, se estiver certo você pode ir embora, se tiver errado, você morre. Então ele estava certo, mas...[morreu]”*. O debate é, portanto, um julgamento. Com testemunhas, acusação e defesa, juízes e advogados. A argumentação é ampla, mas as sentenças são sumárias. Para uma amostra impressionante deste procedimento, adotado com frequência, ver reportagem televisiva em que se reconstitui um destes “debates”, a partir de escutas telefônicas: <http://br.youtube.com/watch?v=XVs9y1lXfZQ>.

¹⁹ *Ah, a Marcela nunca prestou para trabalhar. Ela deu muito trabalho para trabalhar. Todo trabalho que ela entrou, ela aprontou para sair logo. Ela ficava doidinha, nunca ficou no trabalho, na escola então ela nem ia. Eu fazia matrícula dela e ela não ia. Tem a irmã dela de prova. [Ivete]*

anos, todos crescendo mais ou menos próximos do “mundo do crime” desde esse período. Conforme eles cresciam, tinham as vidas mais tocadas pela violência da sociabilidade que estrutura esse universo. *A violência era demais*, me diz Ivete. Para tentar escapar dela, e daí fugir da sina de “bandidos”, era preciso “trabalhar”. E todos trabalharam, desde cedo.

Os filhos adolescentes: do trabalho lícito ao ilícito

Sempre fui um bom aluno, mas eu nunca gostei de estar lá na escola. Mas toda vez que eu estava lá eu aprendia. Minha mãe nunca foi assim, uma mãe chata. Acho até que ela foi muito legal, desse lado. Quando nós chegamos, estudei até a quarta série e depois parei para ir trabalhar. E não arrumava vaga [na escola] à noite. A gente estava naquele período em que até certa idade não estudava à noite. Aí eu trabalhava e não estudava. [Neto].

O trabalho infantil esteve presente na totalidade das trajetórias estudadas em Sapopemba. Aqui, ele aparece mais claramente vinculado à evasão escolar. Neto e os irmãos deixaram de estudar para trabalharem juntos na feira, para cuidar de carros, ou para pedir dinheiro ou comida nas ruas. Por estarem na feira, onde se costuma vender caldo de cana, conseguiram uma outra “oportunidade”: foram agenciados, em grupo, para ajudar a descarregar fardos de cana-de-açúcar de caminhões, num depósito do bairro, em troca de gorjetas.

Tinha um depósito de cana ali em cima. Aí nós ficávamos lá, e tipo, ganhávamos caixinha dos fregueses. Eles davam dinheiro pra nós. Passou um tempo, aí eu comecei a trabalhar mesmo. [Pergunta: Você não tinha salário, no começo?] No começo não, mas depois teve. Eu sei que passou cinco irmãos lá, trabalhando. [Neto].

Quando começaram a ser remunerados, efetivamente, a renda vinha pela produção: R\$ 25 por “milheiro”. Um milheiro são mil dúzias de cana, descarregadas do caminhão, descascadas, cortadas e preparadas para serem vendidas aos engenhos de feira. Por precário e pesado que fosse, o trabalho dos meninos garantiu boa parte da renda da família. Os proprietários do depósito de cana eram comerciantes locais. Os adolescentes trabalharam três ou quatro anos ali, conheceram esta família dos donos do estabelecimento, eram “ajudados” por eles. Há muitas histórias contadas, sobre este período, e pela forma como se conduzem os depoimentos sobre a relação entre as duas famílias, sugere-se que, de certa forma e por algum tempo, reproduziu-se nesse trabalho uma relação *à la Casa Grande & Senzala*²⁰. Como é usual nesta relação, o período foi repleto de fofocas, pequenos dramas cotidianos e pelas tentativas de “harmonização dos opostos”. Mas em Sapopemba, em 1999, as coisas já não funcionavam como no nordeste de Gilberto Freyre. Lázaro classificou assim o trabalho que faziam: *uma escravidão, mano*.

²⁰ Refiro-me, evidentemente, ao modelo de relações de trabalho centrado na relação entre grupos que ocupam, hierarquicamente, posições muito díspares, associada discursivamente às estratégias de “harmonização”, modelo descrito no clássico de Gilberto Freyre (2003, original de 1933).

Veio dele, a partir dessa percepção, a primeira ruptura explícita com o ordenamento social do trabalho. Aos 15 anos de idade, Lázaro seqüestrou a filha adolescente dos patrões, donos do depósito de cana.

Na época que aconteceu isso [o seqüestro] eu trabalhava lá, era funcionário da família. E eu nunca fui de mexer, mas meu irmão... não sei o que aconteceu, que caiu na boca deles [dos patrões] que alguns dos meus irmãos iam seqüestrar um filho deles. Isso foi uns 15 dias antes. E passou uns 15 dias já aconteceu o seqüestro. Aí ela [a patroa] já foi falando que eram meus irmãos. Eu estava perto na casa dela, na hora. Eu fui buscar minha namorada na escola, que é minha esposa agora, a hora que eu virei a esquina eu ouvi os gritos... aí eu voltei e vi a viatura na frente da casa dela. Aí eu vim aqui, peguei minha mãe e falei: 'vamos lá ver o que tá acontecendo'. Na hora que eu cheguei lá, o sobrinho dela estava vindo aqui me chamar. Aí eu entrei dentro do carro e nós fomos procurar. Mas até então eu não sabia o que tinha acontecido. Aí ele foi me explicando... ó, seqüestraram a Érica, vamos atrás pra ver se nós achamos... andamos tudo, só que não achamos. Aí depois nós voltamos e ficamos na casa deles. Minha mãe falou pra mim que eles desconfiavam que era um dos meus irmãos... eu fiquei quieto. [Alex]

Na hora eu não tinha certeza, na hora mesmo que aconteceu [o seqüestro] eu não tinha certeza de que o Lázaro estava envolvido, mas só que o Alex chegou correndo, dizendo que a polícia tava lá, na casa do patrão dele. E que estava na [Avenida] Água Espirada. Que era para eu ir lá ver o que é que era. (...) Chegamos lá, a mãe da menina estava dizendo que era o Raul, que o Raul tinha seqüestrado a menina deles. Só que o Raul tinha sido preso oito dias antes. Falou: ou foi o Raul ou foi o Lázaro. Aí eu vim atrás do Lázaro, cheguei aqui não encontrei o Lázaro, e o Lázaro costumava entrar pra casa cedo. Aí foi que começou a desconfiança. Aí encostei [os outros meninos] na parede, fui perguntando. Aí Lázaro chegou, e falou. E os meninos falaram: foi ele mesmo, com o Teco e tal. Deu o nome dos meninos. Então a gente foi atrás. Eu chamei um menino que era do tráfico e pedi ajuda, pra resgatar a menina. Porque eu não podia chegar para o outro cara, e eles já tinham conversado por telefone, olha, devolve a menina, que eles já estão sabendo que o Lázaro está envolvido, vocês vão cair. Aí ele [o Teco] disse: 'eu só devolvo depois que derem o dinheiro', quer dizer, ele não ia respeitar a menina. Eu precisei pedir ajuda ao tráfico. Aí o rapaz que era do tráfico me ajudou. [Ivete].

Inflexão. Numa passagem rápida, todo o quadro de referências de figuração da família na sociedade se altera. Lázaro era funcionário, e de uma hora para outra se torna seqüestrador. Alex era amigo dos sobrinhos e dos filhos da família, e num golpe era suspeito de cumplicidade. As fofocas já haviam informado dos planos dos adolescentes. Lázaro já havia se articulado a outros amigos do bairro, a ação tinha sido preparada, os rumores circularam rápido. O desenrolar da história demonstra em que instâncias as famílias recorrem, em casos de necessidade: em primeiro lugar, às relações pessoais diretas; em segundo, ao tráfico de drogas, instância de resolução dos conflitos nessas relações.

Então eu pedi a ajuda do traficante, porque eu fiquei sabendo que o outro menino que estava no seqüestro trabalhava na "boca", trabalhava para essa pessoa. Ele [o traficante] se arriscou, pediu pra tirar a polícia do caso, que a polícia já tava envolvida, não é? Ele se arriscou, foi lá comigo, fui eu, ele e a dona da casa [mãe da menina seqüestrada]. (...) Fomos buscar a menina, resgatamos a menina do seqüestro. Eles [os funcionários da "boca"] respeitam o patrão. Têm medo do patrão. Chegamos lá, a menina estava lá, estava bem. (...) Se não fosse o traficante, ele [Lázaro] poderia estar ou morto, ou ter sido preso, por causa desse seqüestro. [Ivete]

Lázaro não foi nem morto nem preso, por isso, mas foi repreendido pelo patrão, passou a lhe dever sua vida. Publicamente, foi um pequeno problema, uma denúncia desmentida. Na favela, o episódio reforçou a confiança da população no poder de arbítrio legítimo do crime, também como instância de autoridade para mediação e de resolução de conflitos. Hierarquias respeitadas, hierarquias reforçadas. Ivete salvou a menina e o filho, mas não conseguiu evitar a demissão paulatina de todos os outros da pequena empresa de cana.

Passou algum tempo, o rapaz me mandou embora... eu perguntei pra ele se foi por causa do que meu irmão fez, né? Ele falou que não. Mas pra mim foi. (...) Não tiro a razão dele não. [Alex].

Todos compreenderam que a demissão vinha da ruptura do acordo tácito anterior, depois de uma ação extrema. “Não tiro a razão dele não”. Mas em pouco tempo, a falta do “emprego” dos filhos homens não significaria mais problema. A lógica da viração na rua tinha sido aprendida desde muito cedo, desde o período de guardar carros na feira. Os meninos sabiam que, mesmo que não houvesse mais serviços lícitos a desempenhar, o bairro ofertava uma série de serviços ilícitos que valiam à pena, alguns bem lucrativos. E ademais, alguns deles já haviam se acostumado a cometer pequenas infrações para complementar a renda doméstica. A aproximação das atividades organizadas do “mundo do crime” local foi progressiva, conforme eles cresciam.

Você vai se envolvendo, vai crescendo, vai se envolvendo, você acaba se envolvendo num crime mesmo de verdade, alguém te apresenta a arma, você vê os caras voltando da fita²¹ cheio do dinheiro, aí você quer também. Sua renda familiar é pouca, e tal, minha mãe não tinha dinheiro nem pra comprar um presente de natal pra nós, primeiramente [antigamente], então nós nos virávamos. Cada qual comprava a sua, fui conhecendo os caras, fui me envolvendo. [Lázaro]

Lázaro repete o depoimento padrão, que escutei diversas vezes durante minhas pesquisas de campo: a “necessidade” em casa, a presença dos colegas próximos do “mundo do crime”, o monte de dinheiro de quem volta da “fita”. A apresentação às armas, o ritual da primeira ação criminal, e a recompensa. As coisas dão certo, “vamos tentar”²². Em geral vindos das famílias de menor renda entre os moradores (mas não só delas), os meninos e meninas que entram no “mundo do crime” encontram possibilidade de inserção em uma atividade remunerada, marcada por riscos, mas também pela promessa e efetiva possibilidade de consumo imediato. A remuneração pelo serviço é variável, mas sempre atrativa, e cresce conforme o nível de vinculação dos indivíduos à estrutura do negócio. Em Sapopemba, o plano de carreira da “firma” é claro e interessa: se os olheiros do tráfico (em geral crianças pequenas, ou viciados em estágio avançado) varam noites nas vielas para ganhar até cinco reais, ou um “papel”, um menino de 17 anos chega a ganhar R\$ 100 numa noite, “passando” drogas na

²¹ A palavra “fita” tem significados distintos, a depender do contexto; aqui, trata-se de uma ação criminosa pontual.

²² A fase inicial de envolvimento é de experimentação, e não são nada raros os casos de entrada e saída precoce do universo do crime, o que também desmistifica os termos do senso comum: “entrou, não sai mais”.

“boca” (ou “biqueira”). Seu superior direto chega a receber de R\$ 200 a R\$ 300 no mesmo período. “Às vezes R\$ 500”.

O acesso às armas de fogo e a inserção nessa “comunidade” facilita a associação das atividades no tráfico a outros tipos de crime, o que amplia ainda mais a renda potencial. Em Sapopemba, há redes organizadas de assaltos e roubos de carro, que subcontratam os adolescentes mediante pagamentos fixos. O dinheiro obtido é garantia de usufruto imediato dos bens fundamentais à vida “social” do jovem da periferia: tênis sofisticados, telefones celulares de último tipo, roupas de marca e, se possível, motos e carros com acessórios e aparelhagem de som. Quem ingressa no “mundo do crime” passa a dominar, para além dos códigos cotidianos da sociabilidade da periferia, uma série de códigos simples de conduta, mas estritos, distintos daqueles que situam “o favelado” nos degraus mais baixos da ordenação social. Entretanto, embora sejam distintos, estes códigos também são centrais, na “comunidade do crime”, para determinar a hierarquia e a coesão entre os indivíduos, como se viu no caso do seqüestro²³.

Dos filhos de Ivete, Lázaro e Anísio começaram a fazer furtos à residência desde os 14 anos de idade, depois roubo de carros, depois assaltos à residência. Fernando e Raul também roubavam, mas principalmente traficavam. Marcela era a única, nesse período, que já estava no crime sem obter ganhos secundários: ela usava crack, já tinha se tornado dependente, e já dava muito trabalho para a família²⁴. Ninguém tinha sido preso, embora a violência policial fosse freqüente, desde a chegada a Sapopemba. Ivete sabia de boa parte das ações criminais dos filhos, e sofria. Sofria pela dificuldade em mantê-los no caminho dos “trabalhadores”, e pelo medo de que algo ruim lhes acontecesse, sabia do risco que eles corriam. Orientava os meninos a não “optarem por este caminho”, acreditava que seria uma fase. Entretanto, tornando-se “ladrões” e “traficantes” mais conhecidos no bairro, os cinco meninos de Ivete que entraram no “mundo do crime”, como também é muito regular nas trajetórias de vida estudadas, tornaram-se mais visados pela polícia. E foram todos presos, diversas vezes, entre 2000 e 2007.

²³ A “comunidade” na qual se ingressa, ao adentrar o mundo do tráfico, embora oposta aos códigos do “rapaz trabalhador da favela”, curiosamente também inclui o trabalho, o status e a ascensão social como medidas de hierarquização dos grupos. Um e outro universo (o tráfico e a sociabilidade oficial), por compartilharem-se e negarem-se simultaneamente, convivem lado a lado e coexistem em todas as favelas estudadas.

²⁴ Marcela circulava pelas bocas da favela, e nelas ocupava o mais baixo degrau hierárquico. Vigiando as vielas em troca de pedras de crack, ela seguia a rotina de manter-se acordada, por vezes dois ou três dias seguidos, desaparecendo de casa. Quando voltava, Ivete lhe dava remédios “tarja preta” para que dormisse, na tentativa de mantê-la sob sua proteção. Mas depois de algumas horas “apagada”, Marcela comia algo e retornava à “crackolândia” para mais alguns dias. Foi sua prisão em 2003 que interrompeu um ano e meio nesse ciclo. Outras instituições totais (utilizando o termo de Goffman, 2003) já o haviam interrompido antes: Marcela tem algumas internações para tratamento de dependentes químicos, em bairros distantes de Sapopemba, e foi internada em clínicas de saúde mental outras vezes. Trabalho especificamente com a história de Marcela em Feltran (2007).

O começo das prisões, crise familiar

Fui fazer um assalto lá no Jardim Santo André, numa pizzaria. Eu tinha 15 anos, fui pego pela polícia e fui preso. Acho que era o terceiro que eu fazia, naquela região ali mesmo. E depois, eu comecei a trabalhar um pouco, fiquei parado um tempo, desempregado, sem mexer com nada. Devido à situação estar ruim, eu comecei a me envolver com o crime de novo. Aí eu comecei a roubar, e no final de 2004, 11 de setembro de 2004, eu fui preso de novo. 11 de setembro de 2004. Assalto à residência, e tal, fiquei no 51º DP, não, foi na região do São Lucas. (...) Fiquei preso por um ano e sete meses. [Lázaro]

Lázaro passa pela sua primeira unidade de internação para adolescentes aos 15 anos de idade. Corria o ano de 2000, a família estava em São Paulo havia cinco anos. A primeira prisão sempre significa uma passagem fundamental, que modifica o estatuto individual frente aos grupos de sociabilidade e ao sistema político. Logo depois de Lázaro, Anísio foi preso por roubo. Marcela foi a terceira, assaltando um ônibus na Avenida Sapopemba.

Ivete diz que a primeira prisão de Marcela fez pensar que todos os seus filhos virariam “bandidos”, como havia profetizado a vizinha, desde a chegada deles ao bairro. Como sempre, depois da prisão de um dos familiares, a dinâmica doméstica se modifica. É preciso reestruturar as rotinas, para incluir nelas espaço para as audiências nos tribunais, as visitas às instituições de assistência jurídica e os grupos de apoio familiar. Tempo também para recompor as responsabilidades de cada membro da casa, e para ativar as redes de sociabilidade, que vão dar conta das crianças dos filhos presos. Hora de refazer a troca de favores com vizinhos, o que gera novas fofocas, e de repensar o orçamento doméstico, que passa a demandar recursos para as visitas e deslocamentos, que deixa de contar com os ganhos obtidos por quem agora está detido. O deslizamento nas figurações da família, frente às forças policiais, também é inevitável – agora, a casa de Ivete, que abriga “bandidos”, passa a ser alvo de invasões, em busca de seus filhos, a cada ação criminoso ocorrida no bairro²⁵.

Imersa nesse turbilhão de mudanças, Ivete tenta refazer as expectativas de futuro, reconstruir as identidades e os lugares no mundo de onde olha para a vida. Como em todo momento reflexivo, que marca uma inflexão na trajetória, sobreveio uma crise. E no caso de Ivete, como a reflexão era gerada por processos radicais, a crise foi muito profunda.

Quando meu primeiro [filho] foi preso eu tive uma crise muito forte, mas fiquei lúcida. Fiquei muito nervosa, muito abalada e tal, mas... fiquei lúcida, continuei a trabalhar e tudo. Quando o meu segundo filho foi preso, eu também ainda agüentei. Agora quando minha terceira filha foi presa... pelo fato dela usar droga, dela ter saído de casa, de eu ter lutado muito, muito mesmo, pra tirar ela das drogas... ter ido várias vezes na boca pra ir buscar ela, de saber que ela tava assaltando ônibus, do risco que ela tava correndo, de eu ter lutado... e eu tomo conta dos dois filhos dela... então eu acho que com isso foi que eu vim ter a crise, né? (...) A minha filha ela foi presa e ela era usuária [de crack] dentro do tráfico. E eu senti que eu tinha

²⁵ Trabalhei com detalhe esse processo em Feltran (2007).

perdido ela pras drogas, perdi uma batalha pras drogas. E isso me jogou mesmo em cima da cama, me deixou mesmo bem mal.

Eu tive um distúrbio mental. Eu cheguei a ficar, como dizem no popular, eu cheguei a ficar louca. Eu não reconhecia ninguém, não comia, não bebia água... café, era um gole de café, eu cheguei a emagrecer, fiquei bem magra. E eu levei 25 dias sem reconhecer ninguém. Nem mesmo meus filhos. Eles entravam no quarto, saíam, e eu ficava debaixo das cobertas. Ou era chorando ou era dormindo, ou era chorando ou era dormindo. (...) Eu cheguei a um ponto que se eu fosse pro hospital, eles me internariam no hospício. Cheguei ao ponto de perder toda a lucidez, toda a lucidez. [Ivete]

A recorrência e a intensidade do sofrimento, vivido em casos assim, lança por terra qualquer interpretação que enxerga a violência nas periferias como algo que está “banalizado”. Nada é banal, como se vê. O colapso nervoso pelo qual Ivete passa, associado à aparição de diagnóstico de distúrbio mental e depressão, foi também encontrado com frequência na pesquisa de campo. Deparei-me diversas vezes, nesses anos, com situações-limite, como estas. Há toda uma camada da população, muito submetida ao sofrimento cotidiano de quem lida com os limites entre a vida e a morte, que se torna muito vulnerável às patologias psíquicas²⁶. No caso de Ivete, a crise foi ainda intensificada, na seqüência, pela prisão do Raul – um filho que parecia resistente aos convites para o crime, o “mais certo de casa”, como disse o Neto – e, finalmente, pela primeira internação na FEBEM de Fernando, o caçula.

Falei com ele [Fernando] que ele era o meu único filho que tinha tudo que eu podia dar. E era o único filho que eu tive condições de dar um tênis de 200 reais, porque o pai dá pensão. É pouca, mas dá. Que ele não tinha necessidade de roubar, que ele procurasse fazer um curso e que todo mês eu daria 50 reais a ele, da pensão dele, pra ele tomar sorvete com a namoradinha, pra passear... mas que ele não entrasse nessa vida, que essa vida não levaria ele a nada. Então, na semana seguinte ele foi preso, foi preso roubando um carro. Então eu não me culpo, né? Sofro muito por ele estar lá... porque eu tive ele, tive muito carinho por ele, porque ele foi o único filho que eu quis mesmo, que foi do meu segundo casamento. Os outros filhos foi na base do sofrimento, que eu tive. Sofro muito hoje, sou muito triste com isso, mas estou aceitando.[Ivete]

Isso foi em 2003, e dois anos depois Ivete começava a elaborar frases com alternativas: *sou muito triste com isso, mas estou aceitando*. Em 2007, ela estaria já muito melhor, até porque, embora os filhos seguissem alternando períodos presos a períodos em liberdade, não havia mais muita novidade. Eram os mesmos cinco filhos os que “davam trabalho”. Os outros três seguiam sua vida de “trabalhadores”. Sete anos depois da primeira internação de Lázaro, e estável nesta distensão interna

²⁶ Instituída essa realidade, por vezes também se monta um ciclo de “medicalização” da pobreza, semelhante ao da criminalização. Nas unidades de internação da FEBEM é muito comum o diagnóstico de doença mental, para que, por exemplo, após as rebeliões, justifique-se o isolamento de adolescentes, que recebem remédios psiquiátricos para “acalmarem-se”. Foram três casos semelhantes obtidos apenas nessa pesquisa de campo. Uma dirigente de entidade especializada no trabalho com moradores de rua, no centro da cidade, me confirmou a impressão: *Nesse público nosso, Aldol [medicamento psiquiátrico] já virou bala*.

entre os filhos “trabalhadores” e os “bandidos”, a família tentava se recompor. E essa tentativa era, justamente, realizada no jogo de interações entre esses dois grupos.

“Trabalhadores” e “bandidos” em casa

Hoje eu não me sinto culpada por eles. Por ter cada um optado pela vida do crime. Tem o Neto, tem o Alex, tem a Ivonete, não é? Os três não entraram pra vida do crime, não pegaram em droga. O Neto mesmo é um orgulho: ele tá passando a maior dificuldade, praticamente ele está desempregado [ainda não havia conseguido o emprego no shopping], a prefeitura não ajuda em nada, (...) tá ganhando pouco [como professor de capoeira no bairro]. A gente tá passando muita dificuldade em casa, mas ele continua firme. Que nem ele falou pra mim: ‘eu vou lutar pra fazer uma faculdade; a senhora tem oito filhos, aqui em casa, no mínimo, era pra quatro, quatro fazerem faculdade. Mas não, todos eles optaram pela vida do crime... porque quiseram. Não foi porque a senhora quis. Foi porque quiseram. A senhora não fez por onde eles irem. Se a senhora fizesse por onde eles irem, eu ia, Alex ia, Ivonete ia. Mas não, eles foram porque quiseram. E não adianta, a senhora não vai mudar isso. A senhora precisa agora cuidar da senhora’. [Ivete]

Neto, e os outros dois filhos “trabalhadores”, mantém a mãe firme com esta narrativa. Tentam tirar dela a responsabilidade pela trajetória dos irmãos. É preciso admitir a realidade - “não adianta, a senhora não vai mudar isso” – e há, portanto, que *conviver* com o fato de parte da família estar no crime. Sete anos depois, toda a família já sabe dos caminhos de cada um. “Não é algo tão incomum no bairro, afinal”. Nos últimos anos, amparada nessa idéia, inicia-se um processo de recomposição dos parâmetros e critérios de coesão do grupo familiar, com “trabalhadores” e “bandidos” *coexistindo* em seu interior.

Conforme a pesquisa prosseguiu, foi ficando cada vez mais clara a polarização discursiva no interior da família, e os modos como ela possibilitava uma síntese para fazê-los coexistir. Os filhos “trabalhadores” sempre falam muito sobre eles mesmos, contrastando sua experiência com a dos irmãos. Sempre reforçam sua resistência e as dificuldades que passam para manterem-se firmes no caminho. Diferenciam-se dos que estão no crime o tempo todo. Criticam a “opção” dos irmãos.

É tipo assim: um trabalhador não consegue comprar um tênis que custa... agora tá barato, mas que custa R\$ 500. Ou um carro que custa R\$ 5 mil. Um trabalhador, pra conseguir comprar um negócio desse, ele vai ter que trabalhar dez, 15 anos, pra poder comprar. E no tráfico não, você trabalha 12 horas, o que você ganha em 12 horas no tráfico é o valor de tipo 15, 20 dias de trabalho, dependendo do seu salário. Então muitos rapazes se iludem. [Alex]

Do meu ponto de vista, é melhor você ser um trabalhador do que ser um traficante. E outra, também por causa que tráfico só dá dinheiro pro dono, o trabalhador [do tráfico] nunca que consegue, não é, juntar muito. O trabalhador [do tráfico] muito que consegue é comprar um carro, comprar as roupas e mobiliar a casa dele. Mas nunca tem sossego. Você vai dormir, às vezes a polícia invade sua casa, é assim que funciona. Tipo você ser traficante, ou um ladrão, sempre tem um ou outro que cresce os olhos no que você tem, então você já vai arrumando inimizade, e chega uma hora que tem pessoas que cresce os olhos no que você tem, vem e te mata. Num adianta nada. Por isso é melhor você não ter nada... e o verdadeiro chefão mesmo nem aqui

mora, não é? Não vai ficar aqui... vai para um lugar longe, que ninguém sabe onde mora. E só recolhendo dinheiro.[Alex]

Se todo mundo trabalhasse, tivesse emprego direitinho, registrado, você acha que tinha necessidade dessa casa ser assim do jeito que é? Não tinha nem necessidade da minha mãe trabalhar; se todo mundo contribuísse, a gente ia ter uma vida boa, não é? Salário bom para todo mundo, direitinho. Mas não, eles querem é ficar nessa vida mansa aí. Dormir, acordar meio-dia. [Ivete interrompe: “Vida de ladrão”; e Ivonete continua:] É... de ladrão não. De otário mesmo, porque eu penso assim, e não é porque sou evangélica não, porque eu sempre vivenciei assim: se fosse para eu partir para uma vida errada, eu ia ter que ganhar muito dinheiro. (...) Porque é isso, os caras roubam, traficam, vão presos e não têm uma toalha para levar, não tem um lençol, não tem uma cueca. (...) Se eu quisesse, eu tive muita chance de ir [para o crime]. (...) Olha, e não é problema de cabeça, essas coisas assim não. É safadeza deles mesmo. Porque se fosse para ser problema de cabeça, quem ia ter problema aqui sou eu. Quem era para ter problema sou eu, porque fui eu que mais sofri com meu pai. Eu sempre tive mais problema, no meio deles todos, sempre passei mais dificuldade, e nem por isso eu passei para a vida do crime, nem usei droga nem nada. [Ivonete]

Alex diz que o tráfico só dá dinheiro para o dono, que os “trabalhadores do tráfico” não conseguem o que almejam, que é uma ilusão. Ivonete diz que, se ao menos os irmãos ganhassem dinheiro de verdade, aí “o crime compensaria”. Que quem teria justificativa para entrar no crime era ela, que sofreu mais do que todos, não eles. Na argumentação dos “trabalhadores”, sugere-se que o problema central seria que *o crime não rende o quanto deveria, o quanto promete*. Aqui o problema da justificação é invertido: Ivonete, Alex e Neto é que são obrigados a encontrar justificativas para o fato de não terem “optado” pelo crime. O esforço incessante nessa argumentação coloca mais água no moinho – a necessidade de reafirmação dos argumentos, e de sua sofisticação progressiva, evidencia que a escolha oposta precisa de argumentação sofisticada para ser vencida.

Talvez até por isso, os cinco integrantes do “mundo do crime” não precisem falar muito. Nenhum deles se esforça por criar uma contra-argumentação convincente contra os irmãos, ou por tentar elaborar entre eles um grupo de aliados. Não comentam nem mesmo sobre esta divisão, dos “trabalhadores” contra os “bandidos”. Falam sempre por si mesmos, e só justificam sua entrada no crime se estimulados. Nunca se colocam fora da família, entretanto, e o que eles sempre reforçam, em seus depoimentos, é que *agora trazem dinheiro para casa*. Que ninguém mais “passa necessidade” ali. Uma situação de observação me parece paradigmática deste novo código. Eu estava na casa de Ivete, acompanhado do Almir, um amigo da família, também morador do bairro, quando Lázaro chegou. De carro, som alto, boné para o lado, “estilo ladrão”. Parou em frente de casa, deixou o carro aberto. Mas desligou o som e tirou o boné, antes de entrar em casa. No portão, já sacou do bolso um maço enorme de dinheiro, que contou e recontou diversas vezes, exibindo-o. Vendo a cena, Alex pediu imediatamente R\$ 50, para a gasolina do carro; foi prontamente atendido. Comentaram rapidamente, entre si, que um colega, um conhecido da favela do Elba, tinha sido assassinado. Alex saiu, com o carro de Lázaro. Almir pediu para ele guardar o dinheiro, era “sujeira” ficar expondo tudo aquilo na

porta de casa; se a polícia chegasse, ia todo mundo preso. Um minuto depois, Lázaro abriu a bolsa da mãe e colocou ali algumas notas de dez reais, sem que ela percebesse. Outros dez reais entraram em sua própria carteira. Caminhou então até a frente da casa; deu um grito para um menino que estava na esquina; de no máximo dez anos. Entregou-lhe todo o restante do dinheiro. O pequeno saiu correndo para entregar a encomenda ao patrão. Lázaro seguiu a conversa com Almir, são grandes amigos²⁷.

Para os cinco filhos envolvidos com o “crime”, não há necessidade de justificção discursiva. A validação de sua presença na família é de outra ordem, e a contribuição financeira me parece ser o elemento crucial dela. Para possibilitar um conforto maior para a mãe, retribuir-lhe de algum modo o esforço e o sofrimento que eles causaram, para auxiliar nas despesas, seja como for percebida essa colaboração financeira, ela se tornou estrutural na coesão da família, hoje. É desta polaridade que surge a condição de reciprocidade entre os dois grupos no interior da família. Mesmo que feita em termos distintos, essa reciprocidade os faz manterem-se como integrantes de um mesmo todo. O crime não “venceu” a moral familiar: lá dentro eles não falam de carros, motos, música e mulheres, temas e objetos dominantes na sociabilidade em seus grupos de amigos. Ao chegar em casa, Lázaro desliga o som, tira o boné, e saca o dinheiro do bolso. A família tampouco “venceu” o crime: ninguém mais exige que os rapazes deixem as atividades criminais, até porque elas ajudam no sustento de todos.

[Tem um caso aqui que] a família toda é envolvida com o tráfico. A mãe é sozinha e até ela é envolvida. Você vê a situação de vida dela, é igual a minha. Uma situação de vida carente, que não tem condições financeiras nenhuma. Então ela criou os filhos e nisso ela entrou no mundo do crime, tá até hoje, e os filhos também. Todos também envolvidos com o mundo do crime. (...) E eu não posso mudar. Eu tento, até tento... tento dando conselho a um e a outro: ‘ah, porque você tá nessa vida? Sai dessa vida’. Mas o dinheiro, é muito dinheiro. É muito dinheiro. E você passar fome, não é? [Ivete]

No plano simbólico, são os filhos “trabalhadores” que sustentam a estrutura do grupo. São o orgulho da mãe. No plano material, entretanto, o sustento da casa é garantido pelos filhos “do crime”. A família ganha provedores simbólicos e materiais, o que permite que se restabeleça. E assumida esta nova condição, a crise tende a passar (desde que nenhuma tragédia sobrevenha sobre ela, o que não é improvável). Entre o padrão discursivo daqueles depoimentos sobre a época das primeiras prisões dos filhos, que deixaram Ivete de cama, e o padrão encontrado nas últimas visitas, há um deslocamento evidente. No final de 2007, ela fazia até piada do vai e vem dos filhos: *estou só querendo ver quem vai ser o próximo a ser hospedado pelo governador*. A crise moral é controlada racionalmente, a condenação dos atos criminosos deixa de ser o centro da atenção. Trata-se de uma “opção” pela vida

²⁷ Este não foi o único caso, embora o mais explícito, em que vi os filhos de Ivete exibindo notas de dinheiro pela casa. As crianças buscavam R\$ 5 no armário do quarto, um dos filhos deixava R\$ 50 para as compras, outro tirava R\$ 10 da carteira do irmão para ir à padaria. Talvez a demonstração de que agora havia recursos se devesse, em alguns casos, à minha própria presença. Mas quase certamente era uma demonstração de relevância dos indivíduos, também para eles mesmos.

do crime, como outra qualquer²⁸. O crime ou o trabalho passam a ser uma escolha individual – e cada escolha leva a um conjunto de conseqüências, um estilo de vida etc. Todos conhecem os códigos de uma ou outra “opção”, e ambas passam a caber dentro da família. A primeira garante mais claramente o sustento, mas torna a família vulnerável à polícia e às tragédias; a segunda é menos rentável, embora seja mais legitimamente aceita, no mundo social.

4. “Trabalhadores” e “bandidos” na leitura pública: categorias plásticas

Até aqui, tratei da diferenciação entre “trabalhadores” e “bandidos” no universo privado, ou melhor, tratei das formas como esta categorização, oriunda das práticas sociais (a participação ou não na sociabilidade e nas ações próprias do “mundo do crime”), é traduzida no universo privado da família moradora de favela. Tentei demonstrar como essa categorização acelera suas reconfigurações, para finalmente conformar suas dinâmicas domésticas. Este processo de aproximação do “mundo do crime” das famílias, como no caso de Ivete, nunca opera sem tensão ou crise, nem é generalizado nas favelas ou periferias de São Paulo. Entretanto, esta “comunicação” entre família e praticantes de atos ilícitos e violentos passa a ser mais freqüente, redundando no que chamo de “*expansão do mundo do crime*” nas periferias, expansão entendida como alargamento do marco discursivo e das formas de relação social deste universo, que se nutre, como visto, da crise de outras perspectivas discursivas de ordenamento social nas periferias, notadamente o trabalho industrial, o horizonte de mobilidade ascendente das famílias e a religiosidade católica²⁹.

Dado este passo, passo a tratar da distensão entre “trabalhadores” e “bandidos” em espaços mais amplos, ou seja, no universo social e nos debates públicos. Pois é justamente aí, nas dimensões mais amplas da organização social, que aparecem os sentidos políticos desta categorização, e que emerge com mais clareza o tema das relações entre cultura e política, nos termos tratados nessa publicação.

Até porque, esferas mais amplas da organização social, e sobretudo nos espaços públicos, a categorização que opõe “trabalhadores” e “bandidos” opera de modo muito distinto do que acontece na família de Ivete, ou em outros espaços privados. Social e publicamente, estas categorias são muito mais plásticas, e não necessariamente se referem aos praticantes de atos criminais. Mais do que isso, nestas esferas não há composição possível entre “trabalhadores” e “bandidos” – ali, é consensual que os “trabalhadores” merecem *proteção*, e que os “bandidos” carecem de *repressão*. As forças sociais e públicas destinadas a um e outro, portanto, são opostas e complementares: a repressão dos “bandidos”

²⁸ *Eu continuo sendo respeitada por eles [os traficantes]. Onde eu estou, eles me cumprimentam, sabem que eu sou uma pessoa que não sou de incomodá-los, ou de mexer com a polícia. Ao contrário, se um chegar correndo e quiser se esconder, por mim se esconde, porque eu não posso fazer nada, não vou entregá-los. Porque eles levam a vida deles, cada um tem sua opção de vida, não é? [Ivete]*

²⁹ Feltran (2008).

significa proteção dos “trabalhadores”. Os conjuntos não se misturam (mas as categorias que os classificam incluem mais ou menos indivíduos em seu interior, a depender da situação).

Vejamos, por exemplo, como as categorias de “bandido” e “trabalhador” são modificadas quando estudadas a partir de uma etnografia das formas de repressão que, em tese, seriam destinadas apenas aos primeiros. Durante minha pesquisa de campo, conheci três formas diferentes de ação das forças da ordem, na favela onde vive a família de Ivete: i) a repressão de rotina, pontual; ii) as operações policiais mais amplas, focadas em determinado tema; e iii) a ação policial nas “crises de segurança pública”, como a que se seguiu aos “ataques do PCC” em maio de 2006³⁰.

Estas três modalidades de ação repressiva tocaram o cotidiano da família de Ivete. Notei, entretanto, que nestas formas de ação policial, em alguns casos foram reprimidos apenas os meninos envolvidos com o “mundo do crime”, mas que, em outros casos, todos eles foram incluídos como “público-alvo” da polícia, inclusive os “trabalhadores”. Entretanto, pude notar que a disposição destas formas de repressão nunca foi aleatória. Havia regras para aplicá-la. E são justamente estas regras, variáveis caso a caso, que permitem a *plasticidade* na definição de quem são os “bandidos” a reprimir e, por exclusão, quem são os “trabalhadores” a proteger. Nas formas de definir quem são os “bandidos”, diferentes caso a caso, é que reside a dimensão propriamente política desta forma de nomeação e categorização social. É destas regras que retiro os argumentos conclusivos deste texto.

Parto de uma hipótese, um tanto preliminar, sobre como se definem as regras da disposição da repressão contra os “bandidos”. Proponho que, quanto mais “pública” (no sentido de centralmente organizada, pelos atores dominantes do espaço público realmente existente) é a ação policial repressiva, menos especificamente voltada aos atos ilícitos, e mais claramente dirigida contra os indivíduos e grupos hierarquicamente inferiores, ela se torna. Quanto mais “pública” a repressão, por consequência, maior é o conjunto dos “bandidos”, mais inclusiva a categoria. Essa hipótese é desenvolvida nos três tópicos que seguem.

i) Nos períodos de “normalidade”, a ação policial repressiva é pontual, reativa a ações criminais pontuais, e muito seletiva: ela é dirigida praticamente apenas contra aqueles *indivíduos* já bem identificados como praticantes de atos criminais (os que têm “passagem pela polícia”, que são conhecidos por policiais e pelo bairro como “bandidos”, que seguem praticando crimes, como cinco dos oito filhos de Ivete). Esta repressão específica é teoricamente legal (porque os atos criminais ferem a lei, e devem ser reprimidos pelas forças da ordem) e, embora muitas vezes seja exercida ilegalmente (abusos, agressões, extorsão, tortura e mesmo execuções sumárias), ela é *legitimada*, social e publicamente. Afinal, reprimir os “bandidos” é um dever.

³⁰ Para discussão em torno destes episódios, ver Adorno & Salla (2007); Feltran (2008 – cap. 5).

Mesmo na família de Ivete, ninguém considera injusto (ou ilegítimo) quando os filhos “bandidos” são presos, mesmo que eles sejam agredidos pelos policiais ou torturados na delegacia. Até a possibilidade da morte de um deles, numa destas ações, é de certa forma esperada, pois atribuída aos riscos inerentes da atividade criminal. Para os que estão “na vida errada”, portanto, mesmo a repressão ilegal é legitimada. Entre os setores médios e as elites compartilha-se enormemente desta percepção, e ali considera-se plenamente justificável – quando não *desejável* – que a polícia assassine “bandidos” em suas ações. O noticiário sempre faz questão de destacar, na contabilidade dos mortos em chacinas e ações policiais em favelas, quantos entre eles tinham antecedentes criminais. Pois se tinham antecedentes criminais eram “bandidos”, e matar “bandidos” seria um acréscimo à ordem pública.

ii) Uma dimensão desta violência quase sempre é naturalizada. Trata-se da passagem entre a repressão ao *ato ilícito* e a repressão ao *indivíduo que o pratica*, que no senso comum se identificam. Nela, o ato ilícito preenche o corpo do indivíduo que o pratica. E absoluto no corpo do praticante, ato e indivíduo se identificam. Esta identificação não permite remissão – por onde este indivíduo circular, estará ali a ameaça do crime. A naturalização da imagem dos *indivíduos fora-da-lei* exige uma forma concreta de identificá-los. É possível, então, encontrar formas de identificar publicamente os “trabalhadores” e os “bandidos”. É então que aparecem os critérios sensoriais de identificação: os “bandidos” têm cor de pele escura, vestem-se e falam de maneiras próprias, têm modos de se portar e idade específica, enfim, quase sempre identificam-se com os “jovens das periferias”. Identificados socialmente os “bandidos”, a partir de critérios diacríticos, a ação pública concreta de repressão vai dirigir-se a eles.

É por isso que, nas *operações policiais ostensivas*, sempre mais “públicas” que as de rotina, também os grupos de amigos, vizinhos e familiares daqueles que praticam os atos ilícitos passam a contar entre os “bandidos”. Na “Operação Saturação” da Polícia Militar³¹ na favela do Jardim Elba, no final de 2005, as incursões da polícia à casa de Ivete foram marcadas por repressão indistinta, a todos os moradores. Ali, não havia diferença entre Neto e Lázaro: ambos eram jovens negros, moradores de favela, portanto “bandidos”. O *alargamento* do perfil identificado como alvo a reprimir foi muito claramente notado, e amparava-se na identificação diacrítica do “bandido”³². Os moradores reclamaram muito desta operação policial, muito mais do que reclamam das operações policiais de rotina, porque para eles, também tinham sido reprimidos nela alguns dos “trabalhadores” (considerados agora “bandidos”, pelas forças da ordem).

³¹ Trata-se de um tipo de operação em que a polícia ocupa a favela por cerca de dois meses, com o intuito de inibir o tráfico de drogas. A ocupação se faz de surpresa, com cavalaria, veículos de diversos modelos, helicópteros e policiais descendo deles de “rapel”. No Jardim Elba, foram inúmeras as denúncias de ilegalidade e arbitrariedade durante essa operação, lançadas em especial pelo Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (organização civil de base local).

³² Nestas operações, vêm às favelas muitos policiais que não estão no cotidiano do trabalho local, e que por isso não distinguem bem, entre os moradores, os que têm “envolvimento com o crime” dos que não têm. E, então, todos passam a ser “bandidos” até que provem o contrário.

iii) Em maio de 2006, a hipótese da plasticidade da categoria “bandido” se tornou mais evidente. A facção criminosa PCC fez uma demonstração de força sem precedentes, em São Paulo, e em três dias assassinou mais de 50 policiais, em ataques armados contra suas bases e viaturas (inclusive uma em Sapopemba). Ao mesmo tempo, a organização provocou rebeliões em mais de 100 presídios e unidades de internação para adolescentes, no estado de São Paulo. Os “ataques do PCC”, como ficaram conhecidos os eventos, provocaram pânico na metrópole: o comércio e as escolas foram fechados, parte dos transportes deixou de circular, e todas as autoridades políticas foram forçadas a se pronunciar. Como reação, e demonstração de que a situação estava sendo controlada, a Polícia Militar iniciou uma ofensiva contra as periferias urbanas e sua população jovem. O saldo destes confrontos foi de 493 mortos, em uma semana³³. Reconhecia-se que as ações da facção eram extremamente bem coordenadas e centralizadas, profissionais, e no entanto não se questionava que os alvos da repressão policial fossem adolescentes e jovens das periferias urbanas.

Acompanhei a investigação de alguns casos de homicídio ocorridos próximos da área de minha pesquisa de campo, naqueles dias. Em São Mateus, ao lado de Sapopemba, cinco jovens, entre eles o sobrinho de um dos meus informantes de pesquisa, foram executados em uma chacina, na manhã seguinte ao início dos “ataques”. Os jovens seguiam à pé para seu trabalho, numa fábrica do bairro, quando foram abordados por um carro, colocados contra a parede e executados. A chacina foi praticada por policiais à paisana, no início da “vingança” pelos colegas mortos³⁴. Sendo ou não “trabalhadores”, estes meninos pareciam-se com “bandidos”, e foram computados neste conjunto. Centenas de outros jovens moradores das periferias foram mortos, em uma semana, por partilharem os sinais físicos que identificam os “suspeitos”, no senso comum. Já não importava se eles praticavam ou não atos ilícitos. Mais do que isso, o assassinato destes jovens, computado publicamente pelo noticiário como morte de “suspeitos”, contribuía para acalmar a opinião pública sobre os eventos, e fazer a metrópole retomar as rotinas. Essas mortes, nitidamente ilegais, geraram protestos no plano local, mas no mundo público foram consideradas uma defesa do Estado democrático de direito, contra uma insubordinação inédita do “mundo do crime”.

Em suma, na repressão policial de rotina, o conjunto dos “bandidos” é específico: trata-se daqueles indivíduos que praticam atos ilícitos e participam do “mundo do crime”. Nas operações policiais mais amplas, este conjunto se alarga para incluir aqueles que vivem e se relacionam com eles. E em situação de “guerra” dos “trabalhadores” contra os “bandidos”, todos os jovens moradores das periferias urbanas tornam-se “bandidos”. A plasticidade da categoria “bandido” mostra-se de modo notável, e nota-se também que, em todos os casos, ela parte da identificação prévia do ato ilegal ao

³³ Segundo pesquisa realizada junto a 23 Institutos Médicos Legais do estado. Ver Adorno & Salla (2007).

³⁴ Por ser importante para o argumento apresentado aqui, é preciso dizer que nenhum deles tinha envolvimento com o “mundo do crime” local.

corpo daquele a quem se pretende atribuir a nomeação de “bandido”. A partir desta identificação, quaisquer ilegalidades da repressão podem ser legitimadas como combate ao “crime”.

Se a divisão entre “trabalhadores” e “bandidos” não tem se demonstrado um problema de ordem legal, mas de repartição da *legitimidade*, esta forma de nomear a divisão do conjunto social se torna, então, inteiramente política: a categorização bipolar entre “trabalhadores” e “bandidos” define nada menos que o acesso ao “direito a ter direitos”³⁵, elemento central na conformação do mundo público. Esta nomeação define, então, quem pode e quem não pode estabelecer-se como sujeito nos espaços públicos, e quem são os adversários a serem reprimidos. Esta é a chave, bastante preliminar, que utilizo para compreender o ciclo ascendente de violência ilegal, portanto criminosa, que se legitima social e publicamente, e, assim, passa a coexistir com os mecanismos democráticos de resolução dos conflitos sociais, no Brasil contemporâneo.

Se há algum sentido nisso, deve-se reconhecer que o funcionamento democrático brasileiro tem incluído, como parte constitutiva de seu desenho normativo *de fato*, o emprego tanto da violência legal quanto da violência ilegal para a manutenção das fronteiras de acesso à legitimidade e à política. A violência que seria disposta para limitar a expansão do crime e garantir a normalidade democrática, portanto, tem reforçado o registro imanente da criminalidade (a ilegalidade), e assim tem fechado um ciclo que garante o crescimento do “mundo do ilícito” também para além das periferias urbanas.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, Dossiê Crime Organizado, São Paulo, n. 61, 2007.
- ALMEIDA, Ronaldo. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n.56, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. O declínio do Estado-nação e o fim dos Direitos do Homem. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Campinas: Unicamp, 2008.
- _____. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira, vista da periferia de São Paulo. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*. São Paulo, 2008a.
- _____. A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- _____. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- FONSECA, Cláudia Lee Williams. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, n.26, 2006.
- _____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2003.

³⁵ Arendt (2000, p.330).

- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo. (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005.
- TELLES, Vera da Silva, CABANES, Robert. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, IRD, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.